

ATA Nº 238/2020

1 Aos cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, às quatorze horas, na sala de reuniões da
2 Secretaria de Assistência Social, situada na Avenida Ernani Cotrim, 163, Centro, no município
3 de Capivari de Baixo-SC, reuniu-se extraordinariamente o Conselho Municipal dos Direitos da
4 Criança e do Adolescente (CMDCA), sob a condução do presidente, o conselheiro: André Pinto
5 Dalcárobo (APP). Estando presentes: o vice-presidente Vitor Cesar Paris (Secretaria de Obras),
6 os conselheiros: Rosinetti Cardoso da Rosa (Clube Esperança), Patrícia de Oliveira Benhardt da
7 Silva (Sec. Municipal de adm. e finanças), Hamilton Gomes de Sousa (APAE), Rosa Machado
8 Silveira (CEACA), Eliezer Marques Costa (Grupo Escoteiro Carjós), Luciane Ferreira Medeiros
9 (Secretaria de assistência social), Fernanda Firmino da Silva (Sec. Municipal de saúde). Ainda
10 estiveram presentes: Priscila Alves Viana Pires (Conselho Tutelar), Sumara Fidelix Volpato
11 Calegari (Conselho tutelar), Daniel Mattos Joaquim (Conselho Tutelar), Ana Maria Fabiano
12 (SAS), Alesssandra V. Francioni Silva (SAS), Maira de Souza (Serviço de acolhimento
13 institucional) e Guilherme Paes Weber (Academia Alliance). Eliezer apresenta Guilherme da
14 Academia Alliance, e diz que ele estará presente para saber como funciona o CMDCA, para
15 possivelmente vislumbrar um projeto futuro. André sauda a todos, especialmente ao convidado,
16 diz que é importante esse interesse e participação, para conhecer e também divulgar e explica
17 que na data de hoje o CMDCA se reúne extraordinariamente, portanto, não lerá a ata que é
18 extensa e pede que os que ainda não assinaram a assinem a aprovando. André passa ao segundo
19 item: Deliberar sobre os orçamentos do material publicitário do programa família acolhedora, e
20 passa a palavra para Maira. Maira relata que o orçamento mais barato foi o da Gráfica Humaitá,
21 sendo a quantidade 5.000 (cinco mil) folders, pelo valor de R\$ 980,00 (novecentos e oitenta
22 reais). André explica que estão apresentando a proposta para tentar que seja iniciado em tempo
23 hábil. Luciane questiona se os materiais são flyers. André diz que são folders, a arte foi a
24 mostrada na última reunião por Alessandra, que só não havia ainda realizado o orçamento. André
25 diz que fizeram pesquisa de campo em Tubarão e outros municípios, sobre o programa família
26 acolhedora, e concluíram que o que mais funciona é a divulgação boca a boca, mas explica que
27 os folders são necessários para levar nos locais, para convidar, divulgar, seja em eventos na
28 igreja, diz que também contatarão a rádio, e que fica solicitado ao Hamilton o apoio a essa
29 divulgação. Maira informa que o Edital para chamar as famílias já está no setor jurídico com a
30 Marta. Maira diz que foi conversado de terem uma reunião com o prefeito, pois ele terá que
31 contratar pelo menos mais um profissional, pois não há condições de realocar das equipes
32 existentes. Alessandra informa que a reunião já está marcada. Maira diz que já podem divulgar e
33 buscar pessoas que tenham o perfil, ela observa que é de conhecimento que terá um salário, e que
34 independente do motivo que a pessoa se interesse devem buscar os interessados. Maira diz que
35 buscará orçamentos para a capacitação, que também será através do CMDCA. André diz que o
36 município fará autocapacitação, mas que as famílias também precisarão ser capacitadas, e
37 solicita que se for possível apresente já na ordinária os orçamentos de profissionais. André relata
38 que tem um prazo para iniciar os acolhimentos. Maira diz que até junho. André informa que
39 falou com Paula do Fórum, para buscar pessoas, divulgar a quem tenha interesse. André retorna
40 a questão dos orçamentos e explica que o orçamento mais barato foi o da Gráfica Humaitá, com
41 5.000 (cinco mil) unidades no valor de R\$ 980,00 (novecentos e oitenta reais), e afirma que
42 todos os orçamentos têm especificações idênticas de tamanho: 21x30cm (aberto), papel: couche:
43 115gr, cores: 4x4. Sendo os outros dois orçamentos da Gráfica Castro: R\$ 1.150,00 (um mil,
44 cento e cinquenta reais), Local Banner: R\$ 1.240,00 (um mil duzentos e quarenta reais). André
45 questiona aos conselheiros concordam em utilizar o recurso do FIA para pagamento dos folders
46 da Gráfica Humaitá no valor de R\$ 980,00 (novecentos e oitenta reais). André diz que no
47 silêncio fica aprovada a utilização do recurso do FIA por unanimidade. André passa ao próximo
48 item: Deliberar sobre o repasse do recurso para o projeto cancelado do CEACA: Criação do
49 Espaço Multifuncional. André passa a palavra a Rosa. Rosa lembra que foi depositado pela
50 empresa o valor R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), portanto menor que o previsto, porém

51 lembra os presentes que já foi explicado em reunião anterior que ficou de responsabilidade da
52 entidade com recurso próprio levantar as paredes, salpicando e cobrindo. André questiona se
53 trouxeram algum documento. Sabrina informa que foi falado na reunião de dezembro, portanto
54 consta na ata. Rosa reforça que o restante do valor será recurso próprio da entidade e estará
55 disposto na prestação de contas. André questiona se aprovam o repasse do recurso, sendo que o
56 projeto é o mesmo, somente altera o valor. No silêncio fica aprovado o repasse de R\$ 40.000,00
57 (quarenta mil reais), sendo que 20%, ou seja: R\$ 10.000,00 (dez mil reais) fica retido na conta do
58 FIA. André observa para fazer a resolução com os valores atualizados. Conselheiros concordam
59 por unanimidade. André informa que durante o período de férias da maioria dos conselheiros
60 recebeu uma representação da Polícia Civil e MP contra o CMDCA. André lê o ofício de nº
61 045/2020 da polícia civil, datado de 17 de janeiro de 2020 e informa que já entregou todas as
62 documentações solicitadas na polícia. André relata que antes de a polícia civil entregar o ofício a
63 promotora já havia o informado da existência da representação criminal. André relata que ouviu
64 reclamações da repercussão da matéria não somente do conselho tutelar, mas também de
65 profissionais do CRAS e CREAS, em reunião que teve com Saray, e diz que Alessandra também
66 se posicionou e diante do exposto na ata foi deliberado pelos conselheiros fazer um
67 esclarecimento e não repúdio, apenas se posicionando que as matérias divulgadas prejudicaram o
68 funcionamento do Conselho Tutelar, bem como de outros serviços. André diz que a nota não foi
69 direcionada ao MP, foi uma nota pública e relata que o conselheiro Eliezer pontuou na reunião
70 várias vezes a questão do sigilo. Vitor confirma que determinava o sigilo absoluto do processo,
71 ainda não se tinha conhecimento sobre a quebra do sigilo. André diz que foi exposto que o juiz
72 determinou a quebra do sigilo parcialmente, podendo falar dos fatos, porém preservando as
73 identidades. André disse que explicou ao delegado o que aconteceu: que a intenção não foi
74 caluniar uma pessoa, mas demonstrar que não teria culpa e informa que se colocou a disposição
75 para solicitar que todos os que participaram da reunião a qual foi aprovada a nota compareçam
76 na delegacia se possível no mesmo dia para fazer os demais esclarecimentos necessários. Eliezer
77 diz que como o MP fala sobre crime de calúnia ele está entendendo que estamos direcionando.
78 Vitor diz que não direcionaram. Eliezer diz que intimar para depor é atribuição da polícia civil, e
79 que se o assessor Guilherme estivesse aqui com certeza chamaria a atenção para esta questão que
80 não é atribuição do conselho. Eliezer diz que se coloca a disposição, mas a partir da intimação.
81 André explica que a promotora já tinha passado antecipadamente, então trabalhou
82 antecipadamente. André diz que há tipicidade do delito, que é quando não existe crime. André
83 mostra no datashow o requerimento encaminhado da promotora ao delegado, datado de 18 de
84 dezembro de 2019, e lê as partes principais para conhecimento dos conselheiros. André explica
85 que há um processo onde houve o bloqueio de bens, mas não era de conhecimento do CMDCA,
86 e diz que a nota foi emitida pensando na questão administrativa. Luciane questiona se o processo
87 ainda está em trâmite. A conselheira tutelar Priscila confirma. André diz que a representação foi
88 direcionada a sua pessoa, porém quem assinou a nota foi o Vitor, na condição de vice-presidente.
89 André diz que não tem tipicidade, mas que de qualquer forma a responsabilidade se estende ao
90 conselho. André diz que é atribuição do presidente e vice-presidente assinar pelo conselho. E diz
91 já teve essa conversa com o antigo presidente Eliezer. Eliezer diz que a decisão é de todos do
92 conselho. André diz que conversou com o delegado e pediu que pudesse organizar para que cada
93 um que participou da reunião vá dar o seu depoimento. André diz que caso não queiram ir todos,
94 pelo menos os principais que tiveram falas na reunião. Fernanda solicita que se possível
95 encaminhe a ata desta reunião por e-mail. Eliezer diz que entende que seria o papel da polícia,
96 diz que se colocam à disposição para prestar os esclarecimentos, mas dentro de sua
97 possibilidade, pois os conselheiros têm seus compromissos profissionais, o que dificultaria a ida
98 de todos no mesmo dia. André questiona se poderiam sugerir dois dias, quem não pode ir em um
99 dia vai no outro. Eliezer concorda. André diz que farão então ofício respondendo que se colocam
100 a disposição. André passa para o próximo item da pauta: informe e providências a respeito da
101 publicação da lei nº 2.005/2019 que altera a lei nº 1.409/2011. Sabrina disponibiliza a lei no
102 datashow. André diz que o conselho deveria verificar a quantidade e solicitar ao prefeito. Eliezer

103 diz que da forma que foi exposto não foi o que foi combinado, e diz que foi combinado de ter o
104 número mínimo de quatro representações de cada, sendo as governamentais pelo menos a
105 Secretaria de Saúde, Secretaria de assistência, Secretaria de Educação e Secretaria de
106 Administração e finanças. André lê a lei nº 2.005/2019, e diz que de qualquer forma é o CMDCA
107 quem vai sugerir a quantidade de representações a serem indicadas. André diz que a Polícia
108 Militar e Polícia Civil nessa gestão não possuem interesse em participar, mas que futuramente
109 podem vir a ter, e por essa questão de não ficar dependendo sempre de alterar a lei, indo pra
110 câmara e esperando retornar que foi sugerida essa alteração. Rosa disse que inclusive sugeriu que
111 deveriam ter representantes do CRAS, do CREAS. André diz que acha interessante também a
112 participação de representante do Abrigo. Eliezer diz que já tem os representantes da assistência
113 social, e diz que pela explicação estão invertendo o que está na lei: o que o presidente está
114 falando é que primeiro estabelecem as representações não governamentais para depois pedir as
115 governamentais ao prefeito. Patrícia diz que a maioria dos governamentais não consegue
116 participar. André diz que farão a solicitação de, por exemplo, seis representações governamentais
117 e depois realizam o fórum. Eliezer diz que na lei ficou estabelecido de forma ampla. André
118 explica que na lei anterior as entidades governamentais eram determinadas sendo obrigados a
119 indicar os representantes e participar, porém tiveram as entidades que não tem interesse nessa
120 gestão e desistiram. Rosa diz que fica aberto para o prefeito se quiser e assim entender escolher
121 somente três representações. André diz que não tem como retirar as políticas básicas: saúde,
122 educação e assistência estão dispostas na lei. André explica que se o prefeito deixar de indicar
123 podem entrar juridicamente. André disse que já tiveram discussões anteriores sobre essa questão
124 e sugere então fazer uma resolução ou recomendação de número mínimo. André explica que a
125 intenção é facilitar para que não tenha que passar solicitação de alteração a todo momento pela
126 câmara, é desmobilizar o executivo e a câmara por decisões que são do conselho. Luciane diz
127 que concorda em partes com ambos: André e Eliezer; mas que a preocupação é ter uma lei que
128 garanta que futuramente o CMDCA tenha qualidade, pois atualmente tivemos dois presidentes
129 conhecedores do direito, mas não garante que os próximos integrantes terão essa visão. Rosa diz
130 que foi o argumento apontado por ela em dezembro: pois sabe como era e se preocupa em como
131 será, se terá politicagem, o prefeito pode indicar pessoas de sua confiança, entidades que conhece
132 e acabar de alguma forma favorecendo quem ele quiser. Rosa diz que o ideal é pontuar no
133 mínimo quatro secretarias. Eliezer diz que hoje o número de conselheiros é grande em proporção
134 ao tamanho do município. Eliezer diz que a EPAGRI, SINTRESC tem pessoas bem atuantes,
135 mas que nada tem haver com a política da criança e do adolescente, mas atualmente o número
136 mínimo de entidades não governamentais possíveis para entrar seriam quatro: o CEACA, APAE,
137 Grupo Escoteiro e Parque ambiental. Eliezer diz que se surgir outra interessada solicitam outra
138 indicação governamental. André diz que essa alteração foi feita a toque de caixa devido ao fórum
139 das entidades civis que deveria ter sido realizado em novembro. André diz que de fato os
140 conselheiros têm razão e sugere solicitar para acrescentar um parágrafo terceiro com a seguinte
141 redação: A indicação dependerá de recomendação do CMDCA, garantindo o número mínimo de
142 quatro. Eliezer diz que da forma que está pontuando, as pessoas podem se reunir no conselho e
143 decidir diminuir as cadeiras. André sugere colocar como cláusula pétrea. André sugere preparar
144 o fórum e entre a ordinária e o fórum fazer a recomendação pra alterar a lei. Rosa diz que saiu
145 braba da reunião de dezembro onde colocou sua posição aos conselheiros, e diz que a alteração
146 não foi o que foi programado. Eliezer diz que deve ter o número tal de indicados pelo prefeito
147 para poderem realizar o fórum, onde irão pedir o mesmo número de representantes civis, pois se
148 realizar o fórum antes pode ocorrer de não bater com o número do executivo. André diz que
149 devem decidir sobre esse fórum logo, e diz que hoje tem quatro entidades que trabalham com
150 crianças e adolescentes devidamente registradas. André diz que pode afirmar que tem APPs
151 interessadas a entrar, e sugere que seja no mínimo uma APP estadual, municipal e de CEIs,
152 André diz que se o amigo, que veio acompanhar a reunião, trazer as documentações ok, também
153 poderá entrar e colocar mais vagas no fórum. Rosa diz que se fizer o fórum hoje não tem número
154 suficiente de inscritos. André diz que em novembro foi feita reunião com as APPs explicando as

155 documentações para se registrarem, eles trouxeram, porém foi devolvido a todos os presentes
156 para arrumar. André informa que está no CMDCA representando a APP, e não está com a APP
157 regularizada no CMDCA, portanto informa que se quisessem o tirar poderiam, porém a ideia é
158 melhorar e não acabar com o conselho. André relata que a OAB também se interessa em ter uma
159 cadeira, e diz que seria muito útil ao CMDCA, pois caso houvesse dúvidas encaminhavam para o
160 conselheiro da OAB, onde tem suas próprias comissões para debater questões da infância. André
161 diz que devem reformular para ter um conselho forte e diz que houve casos de diretoras de CEIs
162 não relatam casos de negligência, até mesmo de violência sexual, por medo de represália. André
163 diz que se tivessem representantes da APP presentes no CMDCA este levaria a questão para as
164 suas reuniões. Luciane questiona se a opção hoje é esta, se são obrigados a realizar o fórum ou
165 podem adiar por algum tempo. Sabrina diz que o fórum é realizado de dois em dois anos, sendo
166 que já passou o período de mandato e o fórum já deveria ter sido realizado em novembro. André
167 diz que hoje sabe que o prefeito vai acatar a indicação. Luciane diz que a preocupação não é com
168 o hoje. André sugere que em paralelo a realização do fórum solicitem a inclusão do inciso
169 terceiro na lei. André diz que o CMDCA trouxe regulamentações e indo de encontro o Clube
170 Esperança, Pastoral da Criança, SINTRESC, APP não estão devidamente registrados. Rosa diz
171 que se admira pela lei ter sido publicada somente em dezembro, demonstrando qual respeito tem
172 ao órgão. André diz que irão solicitar a alteração. Eliezer diz que o acordo verbal tem, mas
173 devem oficializar por escrito. Eliezer questiona se todos os não governamentais que se
174 inscreverem entrarão. André diz que o CMDCA entregará ao prefeito a solicitação da quantidade
175 de vagas que querem de acordo com os interessados. Eliezer questiona se seria só uma
176 estimativa. André diz que foi feita reunião com as APPs, com o Guilherme, e estão aguardando o
177 retorno das documentações. Rosa diz que as APPs não se inscreveram ainda, e sim teve uma
178 reunião para colocar a importância de eles participarem. André diz que a maioria das APPs já
179 trouxe os documentos, porém foram devolvidos, para que acrescentem informações e
180 documentos faltantes. Eliezer diz que sabem o número de interessados, porém nenhuma APP
181 efetivou o seu registro. André diz que faltava o preenchimento correto na maioria das fichas
182 entregues. Rosa diz que os mesmos documentos que pedem para as entidades pedirão para as
183 APPs. Eliezer diz que não tem previsão legal sobre a participação de entidades iguais. Eliezer
184 sugere que as APPs façam um fórum próprio para escolher qual irá participar, ou o CMDCA
185 deve decidir se aceitará mais de uma. Luciane diz que acha interessante um representante da
186 primeira infância, pois no momento não tem representação. Rosa diz que da mesma forma tem
187 mais de uma APP da primeira infância. André diz que a APP seria escolhida através do fórum.
188 André diz que a opinião da APP é importante, pois é possível ver que no município na maioria
189 não existe a união da APP, a diretora faz documentalmente para receber as verbas e realizar
190 festas juninas, e quando a Secretaria de Educação chama a maioria elas vêm arrastadas. André
191 diz que tem as exceções: algumas APPs são atuantes, alguns integrantes vieram para a reunião de
192 camiseta, e que em sua visão a mais atuante é a do Tereza. André diz que tem outras APPs
193 interessadas, também em apresentar projetos. André diz que a ideia é tirar as entidades que não
194 trabalham com criança e adolescente para colocar quem realmente realiza ações. Eliezer diz que
195 hoje tem quatro entidades registradas, e questiona quantas vagas solicitariam no fórum, quantas
196 vagas vão ter no conselho, e se vão antes solicitar ao Executivo, devem ter como base quantas
197 entidades estarão devidamente registradas para possibilitar a escolha. Eliezer exemplifica que se
198 tudo der certo escolhem no fórum, por exemplo: seis e se tiverem oito ficam as outras duas na
199 espera. Eliezer diz que são duas questões a serem pensadas. André diz que coloca essa questão
200 como encaminhamento para a Comissão de Normas debater e trazer para a discussão da plenária
201 na ordinária do dia vinte e sete. André sugere publicar uma resolução para as entidades civis se
202 inscreverem no conselho, no prazo de dez dias: 10/02 à 20/02, para que possam deliberar no dia
203 27/02 e possam discutir sobre a data do fórum. Conselheiros concordam. André abre a palavra
204 livre. Guilherme diz que como colocado no início veio a convite do Eliezer, pois trabalha com
205 crianças na academia de Jiu Jitsu, sendo no momento poucos de forma gratuita: atualmente
206 cinco, mas já chegou a quinze. Guilherme explica que a ideia é ampliar o atendimento, porém

207 precisam arcar com os custos, pois são quimonos, alimentação, viagens, e a ideia que tiveram foi
208 buscar apoio através de projetos sociais, pois atualmente os que pagam é que auxiliam os que não
209 têm condições de pagar. Guilherme diz que Eliezer já frequenta e conhece o trabalho, leva o
210 filho, enteadado, porém atualmente são poucos os adolescentes treinando, também devido ao
211 horário, que é a partir das 19h. Guilherme diz que com algum incentivo poderiam abrir em outro
212 horário: de manhã ou à tarde, e explica que atualmente o alcance é pequeno devido às condições
213 financeiras, porém informa que tem espaço, pessoas, se tiver o recurso material tem instrutor,
214 relata que participam de campeonato estadual ligado a FEISPORTS, onde tiveram jogos abertos
215 adultos, estão tentando incluir nas escolas, e diz que o importante é que estarão tirando as
216 crianças das ruas. André questiona se é pessoa jurídica. Guilherme diz que em Capivari é pessoa
217 física, porém tem uma sede em Tubarão, também pode realizar através da Federação
218 Catarinense, pois tem conhecimento que já tem ativa em algumas cidades, a exemplo de:
219 Jaguaruna, Sangão e Araranguá, onde juntando atendem quase quatrocentas crianças. Guilherme
220 diz que sugeriram buscar o CMDCA para buscar o recurso, porém falta tempo para organizar o
221 projeto, pois o responsável também organiza o JASP, é policial e tem outros afazeres, e diz que
222 ele tem dificuldades por ter outro trabalho durante o dia. Guilherme explica que nesse momento
223 ele busca uma aproximação, e se possível se inscrever no CMDCA. André diz que é importante
224 sua presença, porém explica que ele deve constituir pessoa jurídica ou fazer parceria com as
225 entidades já existentes. André diz que dessa forma a execução do projeto fica vinculada a
226 entidade, porém a sua execução não precisa ser, por exemplo, no CEACA, pode ser na academia.
227 Guilherme informa que trabalha com programação de computadores, portanto não tem
228 conhecimento administrativo ou político, e fica aberto a receber orientações, diz que veio em
229 busca de apoio e direcionamento. André diz que foi interessante ter trazido essas informações,
230 pois podem fazer parcerias. Guilherme diz que iniciou no Jiu Jitsu tarde, há dezoito anos, com
231 trinta e três anos. André diz que com a informática em questão de seis meses é possível capacitar
232 para profissionalizar. André diz que tem pessoas que querem fazer projetos com adolescentes, e
233 que podem estar conversando. André passa a palavra a Eliezer. Eliezer diz que é uma pena a
234 maioria dos conselheiros já terem saído, e informa que teve uma pendência nas contas do
235 projeto: Ampliar para atender mais e melhor do Grupo Escoteiro Carijós: o valor de R\$
236 17.500,00 do projeto que não foi aprovado, lembrando que não por má fé, pois privou pela boa
237 utilização do recurso público, mas por não ter previsto a utilização na mão de obra. Eliezer
238 informa que nesse período de férias esteve em conversa com o setor contábil e executivo
239 explicando que não teria como restituir de forma única, sendo solicitado o parcelamento da
240 dívida, a começar pelo controle interno, que deu a seu parecer de nº 45/2019, Eliezer apresenta, e
241 resume que deu o parecer que se encaminharia como dívida ativa não tributária da união para
242 possibilitar o parcelamento, Eliezer apresenta o ofício de nº 025/2019 do Grupo Escoteiro
243 Carijós que solicita o parcelamento da dívida, e a cópia o memorando de nº 030/2019
244 direcionado ao setor de tributações para inscrição de contribuinte em dívida ativa e parcelamento
245 – créditos não tributários, entregue pelo setor de tributações o processo 000079/2020, e mostra
246 aos presentes o boleto, onde ficou o valor de 60 x R\$ 291,66, informa que mandará o
247 comprovante por whatsapp aos conselheiros, e que mesmo estando com parcelas em aberto não
248 está inadimplente, podendo apresentar projeto, inclusive afirma que estão habilitados a receber
249 subvenção. Eliezer solicita uma resolução do conselho, para finalizar essa questão do projeto e
250 poder apresentar projetos voltados às prioridades atuais que, de acordo com os relatórios do
251 conselho tutelar, são: a negligência e evasão escolar. Eliezer diz que teria outra questão a
252 levantar que seria questionar sobre os editais que se encontram abertos, porém deixará para outro
253 momento. Vítor diz que podem colocar esse assunto do grupo escoteiro para a Comissão de
254 normas analisar e fazer um parecer para apresentar na ordinária. André parabeniza o conselheiro
255 Eliezer por ter ido atrás de resolver a pendência do projeto e ter conseguido resolver. Vítor diz
256 que com relação aos editais que estão abertos tem o edital cancelado. Com relação à finalização
257 da obra iniciada com recursos do FIA Eliezer explica que conseguiram recurso por outros meios
258 e que até dia sete pretendem terminar a obra. E, nada mais havendo a tratar-se, foi encerrada a

259 reunião às 15h45min. E, para constar eu: Sabrina Medeiros da Silva, na condição de assistente
260 administrativo do CMDCA, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, segue subscrita pelos
261 membros presentes.